

**A CONFERÊNCIA DE BERLIM: DISCURSOS HEGEMÓNICOS CIRCULANTES E AS
FRONTEIRAS DE ANGOLA.**

*THE BERLIN CONFERENCE: CIRCULATING HEGEMONIC DISCOURSES AND THE BORDERS OF
ANGOLA.*

*LA CONFERENCIA DE BERLÍN: LOS DISCURSOS HEGEMÓNICOS CIRCULANTES Y LAS
FRONTERAS DE ANGOLA.*

*LA CONFÉRENCE DE BERLIN : CIRCULATION DES DISCOURS HÉGÉMONIQUES ET LES
FRONTIÈRES DE L'ANGOLA.*

JOÃO SICATO KANDJO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1659-9674>.

Mestre. Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla (ISCED-Huíla).

[sikatokandjo10@gmail.com](mailto:sicatokandjo10@gmail.com)

WALDMAR CAHILA

<https://orcid.org/0000-0001-5320-7492>.

Mestre Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla (ISCED-Huíla).

waldmar69@gmail.com

DATA DA RECEPÇÃO: Maio, 2023 | DATA DA ACEITAÇÃO: Agosto, 2023

RESUMO

O texto tem como objectivo demonstrar os discursos hegemónicos circulantes dos países europeus na Conferência de Berlim que demarcaram as fronteiras de Angola. Discursos firmados através de acordos e convenções entre Portugal, Alemanha, França, Inglaterra e Bélgica. A metodologia consistiu numa revisão bibliográfica, embora a temática fosse amplamente debatida no sistema de ensino do Huambo. Além disso, a perspectiva que se assenta neste texto veio de dois Professores que lecionam a História da África e de Angola no Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo, Angola.

Palavras-chaves: Discursos, negociações, partilha

ABSTRACT

The text aims to demonstrate how the hegemonic circulating discourses of European countries at the Berlin Conference marked angola's borders.

Speeches signed through agreements and conventions between Portugal, Germany, France, England, and Belgium. The methodology consisted of a bibliographic review, although the theme was widely discussed in the Huambo education system. In addition, the perspective that is based on this text came from two teachers who teach History of Africa and History of Angola at the Higher Institute of Education Sciences of Huambo, Angola.

Keywords: Speeches, negotiations, sharing

RESUMEN

El texto pretende demostrar cómo los discursos hegemónicos circulantes de los países europeos en la Conferencia de Berlín demarcaron las fronteras de Angola. Discursos firmados mediante acuerdos y convenios entre Portugal, Alemania, Francia, Inglaterra y Bélgica. La metodología consistió en una revisión bibliográfica, aunque el tema fue ampliamente debatido en el sistema educativo de Huambo. Además, la perspectiva basada en este texto provino de dos profesores que enseñan Historia Africana e Historia de Angola en el Instituto Superior de Ciencias da Educação en Huambo, Angola.

Palabras clave: Discursos, negociaciones, compartir.

RÉSUMÉ

Le texte vise à démontrer comment les discours hégémoniques circulant dans les pays européens lors de la Conférence de Berlin ont délimité les frontières de l'Angola. Discours signés dans le cadre d'accord et de conventions entre le Portugal, l'Allemagne, la France, l'Angleterre et la Belgique. La méthodologie consistait en une revue bibliographique, bien que le sujet ait largement débattu dans le système éducatif de Huambo. En outre, la perspective basée sur ce texte est venue de deux professeurs qui enseignent l'histoire africaine et l'histoire angolaise à l'Instituto Superior de Ciencias da Educação de Huambo, en Angola.

Mots-clés : Discours, négociations, partage

INTRODUÇÃO

O texto em tela não visou o esgotamento da temática nem criticar especialistas no assunto, mas colocar algumas posições elaboradas durante alguns anos leccionando no Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo, Angola.

Normalmente, pensa-se que foi na Conferência Internacional de Berlim onde se definiu os limites territoriais de África e especificamente de Angola. “A sua imagem

geralmente está relacionada com a divisão ou partilha do continente africano” (Mariano, 2020, p. 1).

Entretanto, colocando em perspectiva essa imagem, M’bokolo (2007) defende que a maior parte das fronteiras de África, definiram-se pela via das negociações dos países envolvidos na referida conferência. A ideia deste texto, então, é discutir na bibliografia sobre o tema, se a Angola também obedece a esteira de tal movimento. Sendo assim, em primeiro lugar trata-se sobre a conferência de Berlim, seus objetivos e suas práticas posteriores. Mais adiante, questiona-se a ideia de que a partilha da África foi realizada nessa Conferência em contraposição a uma negociação feita pelos países hegemónicos europeus.

Para realizar este trabalho escolheu-se uma abordagem qualitativa na vertente exploratória, que permitiu consultar uma variedade de obras, documentos e artigos de autores nacionais e estrangeiros que abordaram o tema em questão.

Opta-se por essa abordagem, por permitir explorar e compreender o fenómeno estudado em profundidade, por meio de uma análise detalhada de dados e informações coletadas. Dessa forma, aprofundou-se a temática e buscou-se diferentes perspectivas e opiniões sobre o assunto. Para isso, utilizou-se diversas fontes de informação, tais como livros, artigos científicos, relatórios e documentos governamentais, a fim de garantir a confiabilidade e a validade dos dados.

Ao final, se pretende contribuir de forma significativa para o avanço do conhecimento na área e para a compreensão mais ampla do tema em questão. Sendo que, a delimitação territorial da actual Angola é um desses eventos que marcam a história nacional e que muitas vezes são investidos a *posteriori* de uma importância real ou simbólica que tinham no momento em que ocorreram.

Pressupostos Históricos

Existem várias versões sobre a História da África.

Durante muito tempo, foram construídos vários mitos e preconceitos sobre a verdadeira história da África. A África e as suas sociedades foram vistas como aquelas que não podiam ter história fazendo referência que, as sociedades africanas não deviam sequer ser objecto de estudo científico, porque não possuíam fontes, nem documentos escritos, capazes de servir de suporte às pesquisas e investigações científicas. Felizmente,

esta visão mudou, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, em particular, desde que os países africanos conquistaram as suas independências.

As independências permitiram a um grande número de historiadores africanos e de África, escreverem com rigor, objectividade e imparcialidade a História da África. É neste conjunto de africanos, assumidos e interessados pela causa da África que aos poucos se vai trazer à tona a sua história, como elemento que garanta ao continente o direito dos especialistas (internos e externos) exercerem a sua liberdade tendo em conta a necessidade que se impõe (Ki-Zerbo, 2006 e Kandjo, 2020).

Não há dúvida que a África foi desde o princípio da sua criação uma terra abençoada e, acredita-se ser por esta razão que desde a aurora chamou a si, a atenção de todos os outros continentes, em especial da Europa e de todo Ocidente.

As guerras e invasões, lutas e conquistas, que tiveram lugar, depois da Alta Idade Medieval (séc. V-X), que foram desembocar na decadência do Império Romano, criaram pressupostos para uma nova página da história da Europa, tendo esta tirado melhor proveito do circuito comercial, construindo vários mercados em todos os continentes. Declara-se sem rodeios que, o reencontro entre África e a Europa começa justamente com o mercantilismo, onde o maior produto é o escravo que a partir dos diversos pontos do Continente foi enviado para a Europa e América.

Esta ocupação do continente africano pela Europa e por todos os interessados pela mão-de-obra barata, não aconteceu pacificamente, tendo por isso feito surgir vários movimentos de resistência que enfrentaram esta dominação europeia.

A vitória dos europeus sobre esses movimentos africanos ocorreu, principalmente, em decorrência da sua tecnologia superior, que lhes permitiu facilidades de comunicação e armamentos mais modernos.

Os períodos de colonização sucederam-se, fruto das vitórias militares e tecnológicas europeias, tendo a partir da segunda metade do século XIX iniciado o neocolonialismo, no qual as nações industrializadas da Europa passaram a ocupar e dominar o Continente africano, implantando assim, um grande processo de exploração da África.

A partir da segunda metade do século XIX, a Europa incrementou significativas transformações que se traduziram em grandes avanços tecnológicos que sustentam as multiformes formas de colonização que se observam até hoje.

Uma breve aproximação

A Conferência de Berlim foi um dos eventos históricos que muitas vezes, são lembrados com uma importância maior do que tinham originalmente. É comum que se dê mais peso simbólico a esse acontecimento do que na época em que ocorreu.

Por exemplo, muitas pessoas ficaram surpresas ao perceber que não havia nenhum representante africano presente nessa reunião tão importante, na qual a África era o único tema em discussão. Porém, olhando para o contexto histórico foi possível entender que, na perspectiva europeia da época, os africanos eram considerados completamente selvagens e sem capacidade de contribuir para a conferência.

Essa visão eurocêntrica da época levou a exclusão dos africanos no processo de tomada de decisão, o que mostra como o racismo e a desigualdade eram fundamentais no pensamento e nas ações dos europeus em relação à África. Aliás, esta visão eurocêntrica demonstrada desde a antiguidade, durante o século XV-XX contribuiu para a manipulação e deturpação da História da África e dos próprios africanos entre vários, Hegel é um exemplo incontornável, pois, quando publicou em 1830 o seu livro *Intitulado Introdução à Filosofia da História* (um ano antes da sua morte) onde terá afirmado que:

África não apresentava interesse, não apenas do ponto de vista da sua História, como também pelo facto de que se via, em África, o homem num estado de barbárie e de selvajaria que o impedisse de ser ainda parte integrante da civilização. O autor acrescentou dizendo que aquelas populações africanas não eram capazes de assimilar os valores e normas educativos (Hegel, citado por Kandjo, 2019, p. 30).

O interesse económico levado a cabo pelos europeus de forma geral, particularmente os portugueses levou a afirmações muito excessivas, até mesmo durante o século XX, como confirma Serraut (1923), citado por Kandjo (2020) quando afirmava que as sociedades africanas não eram organizadas e como tal era necessário, de igual modo, construir uma nova mentalidade para salvar o homem da selvajaria.

A acumulação de grandes fortunas provenientes da colonização da América e da Índia impulsionou a rápida industrialização da Inglaterra, o que levou a mudanças aos padrões de usos dos recursos naturais, afetando a economia e a sociedade. No século XIX, as invenções generalizadas tiveram um grande impacto no desenvolvimento industrial da Europa, levando à expansão colonial. Especialistas e pesquisadores da história da África tal como M'Bokolo (2007), Silva (2014) e Zilhão (2022) afirmam que isso levou a Europa a entrar definitivamente na era da industrialização e arrastar a África para a esfera da economia capitalista.

Com efeito, Kandjo (2020) apresenta três (3) razões fundamentais que permitem rapidamente compreender o sucedido, nomeadamente:

- Em primeiro lugar, torna-se evidente com a perda das principais colónias europeias que ficavam fundamentalmente nas Américas. Tal foi o caso do Brasil, que se libertou do colonizador português já em 1822, assim como se pode pensar nos Estados Unidos da América, que ganhara a independência da Inglaterra, em 1776. Terá sido uma das razões que obrigou a um olhar diferenciado dos europeus em pleno século XIX;
- Em segundo lugar, a Revolução Industrial que, por um lado obrigou à abolição do tráfico de escravos, mas também foi uma das razões da ocupação pelo facto da Revolução Industrial obrigar à alimentação de matérias-primas e mão-de-obra barata para a concretização da sustentabilidade das máquinas. Infelizmente, África foi a criança perfeita para servir os caprichos do desenvolvimento da Europa;
- Em terceiro lugar, há que verificar atentamente a pressão que o continente europeu apresentou, sobretudo, as grandes potências, em termos de ocupação para se afirmar na arena internacional. Por exemplo, as rivalidades sustentadas entre a França, a Inglaterra, Estados Unidos da América, U.R.S.S, e outras.

Embora haja diversas causas apontadas por especialistas é inegável que a económica foi a principal responsável da invasão da África pela Europa.

Em 1836, com a abolição da escravatura e o fim do tráfico de escravos pela Inglaterra, os navios britânicos começaram a patrulhar as antigas rotas dos negreiros para proteger sua indústria mecanizada, que não se adaptava ao trabalho escravo.

Enquanto isso, a América, agora composta em sua maioria por nações independentes, deixou de ser um continente colonizável pela Europa. A grande indústria europeia precisava de mercados cada vez maiores para fornecer matérias-primas e consumir produtos acabados, o que levou a África a se tornar alvo da atenção dos industriais europeus. (Do Valle, 2014).

No final do século XIX, a expansão europeia em África foi impulsionada por várias causas políticas, sendo uma das mais importantes a estratégia de defender o princípio do 'Equilíbrio da Europa'. Isso significa que a rivalidade entre as grandes potências europeias

levou-as a conquistar territórios africanos para manter seu concerto político europeu e criar obstáculos para o crescimento das potências rivais (M´bokolo, 2017).

Em relação ao próprio concerto político, Amorim (2008) delarou que o concerto nasce da ideia de pôr travão a França, mas também da necessidade de manter um certo equilíbrio entre as grandes potências da época “nesta conformidade realizaram-se subsequentemente os congressos de Aix-la-Chapelle (1818), Carlsbad (1819), Troppau (1820), Laibach (1821), Verona (1822), São Petersburgo (1825), Londres (1830) e Berlim (1878 e 1885)” (Amorim, 2008, p. 2).

A formação dos estados europeus se deu por meio de guerras de expansão e anexação de territórios, e muitos países europeus que não conseguiram expandir na Europa optaram por o fazer na África.

A França, por exemplo, tinha como principal motivação a rivalidade secular existente com a Inglaterra. Até 1870, apenas os marinheiros preconizavam a expansão, mas a derrota em Sedan, no ano seguinte, diante dos alemães gerou um nacionalismo francês amargo e exaltado (Hobsbawn, 1990)

Para compensar a derrota e retomar seu lugar de grande potência, a França decidiu tentar reparar em África a perda das províncias orientais de Alsácia e Lorena. O nacionalismo da marinha se espalhou pela nação e as câmaras começaram a votar créditos para a expansão colonial (M´Bokolo, 2017).

Por sua vez, Bismarck, apoiou as reivindicações francesas em diferentes regiões africanas e afastou a nação rival das terras perdidas à leste. Ele também exportou um possível conflito com a França para a África, sabendo que as outras potências não ficariam de braços cruzados (Do Valle, 2014).

Bismarck não estava interessado na aquisição de colónias antes de 1884, pois, a manutenção era dispendiosa. No entanto, a problemática da posse da Bacia do Congo o fez mudar de ideia, pois, temia ser acusado de deixar passar a oportunidade de adquirir terras africanas para a Alemanha (Hobsbawn, 1990).

A sociedade colonial alemã, recentemente fundada, enfatizou a necessidade de novos mercados devido ao desenvolvimento do comércio e da indústria. Eles dirigiram a emigração alemã para territórios africanos, buscando contrabalançar o poder da Inglaterra, sua principal rival, e implementaram uma política de expansão colonial.

Os resultados obtidos pela Alemanha na expansão colonial incluíram anexações em partes da África, a corrida europeia pela conquista do continente, a desconstrução da ideia

de que pretendiam satisfazer uma sede de Império, a fomentação de rivalidades em África e o papel de agente regulador entre as ambições francesas e inglesas (M'Bokolo, 2017).

Antes da atenção do governo alemão se voltar para a expansão colonial, o rei Leopoldo II da Bélgica entrou na cena africana, preparando o caminho para o reconhecimento internacional da sua soberania na região do Congo. As causas ideológicas da expansão colonial incluem a busca por uma justificação moral para as acções europeias em África, apoiando-se nas "teses do mito da herança sagrada" e na ideia de que os europeus tinham uma missão divina de civilizar e evangelizar as populações "primitivas" ou "selvagens" da África. Isso resultou em tratamento dos africanos como estrangeiros em suas próprias terras (Silva, 2014).

Um olhar crítico a Conferência

Antes da Conferência de Berlim, o território de Angola, ocupado pelos portugueses, não tinha seus limites bem definidos e havia a ocupação de extensas áreas de terra em Moçambique. Portugal acreditava na criação de uma grande colónia na África Austral, abrangendo territórios como a margem ocidental do Zaire, desde a foz do Uango-Uango até Noqui e Kuando, expandindo-se para o Sul pela margem ocidental do Niassa até Msingo e ligando ao Rovuma até o Oceano Índico, e o sul compreendia as cataratas do Humbe, o Kubango, as cataratas de Kotima e buscava o Limpopo em busca de Maputo (Zilhão, 2006).

Tais acontecimentos ocorreram no final do século XIX, quando a Europa estava industrializada e tinha uma grande produção e necessidade de matéria-prima para consolidar sua industrialização, levando várias potências a ocupar territórios e causando conflitos. Para resolver esses conflitos, foi organizada uma Conferência, introduzindo a economia de mercado no continente (Zilhão, 2006).

O Tratado do Zaire, também conhecido como tratado anglo-português de Junho de 1884, favorecia os interesses britânicos, mas Portugal o considerou como uma forma de possuir um aliado em disputas com outras potências interessadas na bacia do Zaire (Negócios Externos, 1884).

No entanto, Alemanha, França, Holanda e Estados Unidos da América protestaram contra os termos do acordo, considerando-o um reconhecimento britânico da soberania portuguesa sobre as duas margens do rio Congo. O rei "Leopoldo II" liderou uma campanha diplomática para anular o tratado a nível europeu. (Silva, 2014).

Portugal considerou que a questão do Zaire só poderia ser resolvida através de uma conferência que ouvisse as partes interessadas e chegasse a um acordo. No entanto, Portugal temia perder muitas das vantagens alicerçadas há muito tempo e não queria sair prejudicado em sua presença na África. Foi iniciado um processo diplomático para chegar a um acordo sobre a bacia do Zaire e resolver os problemas originados pelo Tratado do Zaire. (Negócios Externos, 1884)

Em suma, o processo de ocupação e definição de limites territoriais em Angola e Moçambique por Portugal no final do século XIX reflete a intensificação da competição entre as potências europeias pela exploração dos recursos naturais na África.

O Tratado do Zaire, que favorecia os interesses britânicos, gerou protestos de outras potências e Portugal acabou cedendo à pressão e buscando uma solução diplomática para resolver os conflitos territoriais. Esses acontecimentos históricos ilustram a complexidade dos processos de colonização como as disputas entre as potências podem impactar profundamente a vida e o destino dos povos africanos.

Embora a Conferência Internacional de Berlim tenha sido um marco importante no processo, a partilha também foi vista por múltiplas ópticas ocorreu ao longo de várias décadas e por várias razões. Portugal, por exemplo, sentiu ameaças em relação aos seus territórios na África e propôs a realização de uma conferência para resolver questões relacionadas à "África Central".

Bismark, da Alemanha, aproveitou a oportunidade de apoiar a França na conquista de territórios africanos para evitar conflitos na Europa e desviar a França da reconquista de seus territórios perdidos na guerra contra a Alemanha.

A conferência resultou em vários acordos, incluindo a ocupação efectiva de territórios africanos, notificações entre as potências signatárias para evitar conflitos, e a reivindicação do interior do território, em vez da ocupação apenas da costa. (M'Bokolo, 2017).

Solução ou uma estratégia de Leopoldo II?

Já na Conferência de Bruxelas, realizada em Novembro de 1876, encabeçada por Leopold II, na altura rei da Bélgica, usando o pretexto de ser uma conferência científica e humanista para tentar travar a conquista inglesa, procurou-se tirar proveito das riquezas do continente africano (Kandjo, 2020).

Dito de outro modo, o panorama histórico desta reunião, pode-se dizer indiscutivelmente que a reunião protagonizada em 1876 teve como consequência a

criação da Associação Internacional Africana que beneficiou, ou pelo menos teve a pretensão de favorecer Leopoldo II, para ficar com a bacia do Congo.

Durante a conferência, houve um debate paralelo nos bastidores entre os colaboradores do Rei Leopoldo II e representantes das potências, com o objetivo de reconhecer a Associação Internacional do Congo (A.I.C.) como um Estado soberano, com suas próprias fronteiras. Essa ideia não era vista como uma mera associação, mas como um estado em si. Essa narrativa pode ser encontrada em várias fontes, como as de DeLonnoy, Leveque e Daye, entre outras (Daye, 1936 e Leveque, 1960)

A Conferência teve como um dos principais objetivos encontrar uma solução para os problemas que afligiam a África Central e a Bacia do Congo. Na época, a ideia de reconhecer a A.I.C. e atribuir o Estado Livre do Congo ao rei Leopoldo II foi considerada uma solução para preservar os interesses das potências na região, especialmente após a França estabelecer acordos com os Makoko na Guiné, o que poderia ameaçar os pontos discutidos na Conferência. (Touré, 1977)

Ao oferecer garantias para o livre câmbio internacional na região, Leopoldo II convenceu as potências a reconhecerem a A.I.C. A Alemanha reconheceu a associação antes mesmo da Conferência, em 8 de novembro de 1884, enquanto a França e Portugal não a reconheceram na primeira fase. No entanto, essa decisão criou um grande problema, pois a ideia de Leopoldo II não se limitava apenas ao reconhecimento da associação, mas também incluía a delimitação de suas fronteiras. (M'Bokolo, 2017)

As convenções celebradas entre as potências e a A.I.C. não abordaram os problemas de limites territoriais, sendo simplesmente reconhecida a personalidade política da associação. Esse equívoco fez com que a França e Portugal não assinassem com a A.I.C. em função das ambições do rei Leopoldo II, o que seria discutido mais tarde na famosa questão da Lunda (Touré, 1977).

Leopoldo II pretendia obter a margem direita do rio Congo ou Zaire e, na margem esquerda, queria ficar com Noqui, que era o término do caminho de São Salvador. Além disso, ele desejava obter a possibilidade de construir um caminho-de-ferro para o Stanley Pool, mais tarde Malembo Pool, que era inacessível por via fluvial devido às cataratas do rio. No entanto, essas ideias eram absolutamente impossíveis, tendo em conta os projectos dos países que ainda não haviam assinado com a associação. (Zilhão, 2006)

O que Leopoldo II realmente queria era obter o reconhecimento de sua associação e de suas fronteiras, para então constituir um domínio privado, reservando

para si, a posse das terras vagas. Nessas terras, foi proibida a colheita e exploração do cauchu, copal e exploração de outros produtos vegetais sem a autorização do Estado.

Na Conferência de Bruxelas foram determinados quais os distritos em que o comércio era livre, representando apenas 1/5 do território. Isso significa que deixou de ser livre aquela região que Leopoldo garantia a sua livre circulação. Essa decisão gerou muitas controvérsias e problemas que ainda são discutidos hoje.

Ao longo da narrativa, foi possível perceber que a Conferência de Berlim não teve como objectivo fazer a partilha do continente africano, mas a ideia de que ela dividiu a África tornou-se um mito que se consolidou ao longo do tempo. Segundo Silva (2014), este mito teve origem em um equívoco de interpretação.

Na perspectiva de Mariano (2020), a interpretação errônea surgiu em função do princípio de *hinterland*, que garantia que toda potência que ocupasse um território na costa africana teria direito a reivindicar toda a região a ela ligada.

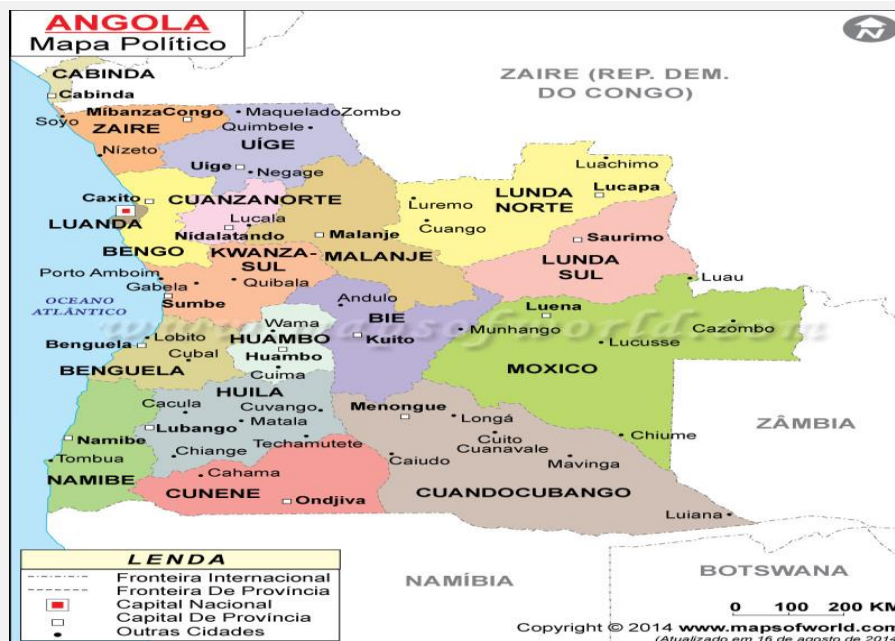
No entanto, este princípio não foi adotado durante a conferência, como afirma Brunschwig. Na verdade, ele só foi associado a ela após o seu encerramento.

De acordo com Oliveira (2002), citado por Silva (2018), a conferência representou uma mudança significativa nas intenções de partilha das fronteiras africanas, mas não teve o objectivo de dividir o continente. Mais uma vez, fica claro o mito em torno da Conferência de Berlim.

Portanto, os autores do presente texto defendem que a Conferência de Berlim não delimitou a fronteira de Angola para a existência do mapa actual, já que tal foi feito a posteriori. Mas, determinou e garantiu uma corrida massiva das potências europeias no sentido de se construir zonas de influência. Assim, os acordos celebrados entre Portugal e França, Bélgica, Alemanha/África do Sul e Inglaterra que permitiram e delimitaram as actuais fronteiras de Angola.

Portugal compete com outros países as fronteiras de Angola

Mapa nº 1: Mapa político da actual Angola.



Fonte: Embaixada de Angola, 2018.

O presente mapa dá indicação clara do limite territorial e os países que fazem fronteira com Angola. Entretanto, olhando para a parte Norte, encontra-se a República do Gabão e a República do Congo que foram colonizadas pela França. Isto quer dizer que, para a delimitação daquela parte, Portugal tinha que negociar com a França. Na mesma parte norte, mais a nordeste, encontra-se a República do Congo, que foi colonizada pela Bélgica. Tal significa que, o fechamento daquela parte houve negociação entre a potência colonizadora e Portugal.

Na parte Este de Angola a delimitação é feita com a República da Zâmbia colonizada pela Inglaterra, depois de acabar com o projecto português do mapa cor de rosas. E foi esta potência que negociou com Portugal.

Já a Sul de Angola, a fronteira é estabelecida pela Namíbia. Em primeiro lugar esteve sobre a alçada da Alemanha, mais tarde passou para a Inglaterra e África do Sul, dando a entender os vários acordos que Portugal estabeleceu com estes.

Como já foi mencionado, a Conferência de Berlim de 1884-1885 acelerou o processo de colonização em África e levou a uma grande movimentação de forças e agentes de ocupação colonial no continente.

Os portugueses, por exemplo, optaram por uma abordagem militar para manterem os seus direitos históricos de dominação em Angola, que na época estava limitada a algumas áreas geográficas específicas.

Ao mesmo tempo, outras potências europeias também estavam se movendo rapidamente para estabelecer sua presença no continente, incluindo a França.

Na região do Baixo Zaire, o explorador italiano Savorgna de Brazza, que trabalhava para a França, estava intensificando suas actividades de exploração. No entanto, é importante notar que suas iniciativas eram pessoais e que os acordos estabelecidos por ele com os africanos precisavam ser aprovados pela câmara francesa para serem válidos. (Silva, 2014)

O novo governador-geral de Angola, António de Noronha, foi encarregado de proceder à ocupação de Ambriz, Cabinda e Malembo. Portugal também chamou a atenção da Inglaterra para a urgência e a necessidade de encontrar uma solução para as dificuldades suscitadas pelo governo britânico em relação aos territórios portugueses em África.

O resultado foi o tratado Luso-Britânico, no qual a Grã-Bretanha reconheceu os territórios entre os 8°,5' e 12° de latitude Sul, compreendendo o rio Congo no interior, e o limite a oeste foi Noqui, enquanto o litoral compreendia os limites entre os 8°,5' e 12° de latitude Sul. Em troca, a Grã-Bretanha recebeu privilégios comerciais em relação às colónias africanas portuguesas, a cessação total da escravidão na região e outros benefícios. (Silva, 2014).

Por fim, houve um acordo entre Portugal e a AIC (Associação Internacional do Congo), no qual as fronteiras foram fixadas ao norte do Zaire pela linha que une a foz do rio lançando-se ao oceano Atlântico e ao Sul, Cabinda, ponta vermelha, Cabo Lombo, Lúcula até ao Uango-Uango, entre os entrepostos de Portugal e Holanda, ao encontro do meridiano com o paralelo de Noqui, até ao cruzamento com o Cuango, ao Sul do seu curso. Com isso, as fronteiras entre Portugal e a AIC na região do Zaire foram estabelecidas.

Em novembro de 1889, Portugal protestou contra a ocupação militar de Ponta Vermelha pelo Estado do Congo, e ambos países nomearam uma comissão Luso-Belga para definir as fronteiras, que culminou na convenção que regulamentou os limites do rio Congo e o Cuango em 25 de Maio de 1891.

Os belgas criaram o distrito do Cuango Oriental na Lunda e no Alto Cassai em 1890, mas Portugal invocava a presença de Henrique de Carvalho na região da Lunda em 1885 e o acordo de 1891.

Os portugueses defendiam que os limites eram Noqui e 6° de latitude Sul, enquanto os belgas argumentavam que eram o Sul e o curso do Cuango. O primeiro tratado foi assinado em Lisboa em 25 de Maio de 1891, determinando os actuais limites,

mas os limites finais só foram obtidos com os esclarecimentos saídos em Bruxelas (De Matos, 1963)

Posteriormente, em 22 de Junho de 1927, em Luanda, foi assinada uma convenção de retificação de fronteira na Lunda, reconhecendo a inexistência de Cassai. Portugal cedeu 3 km de Noqui em troca de uma área maior no Dilolo, o rio Mpozo. Entretanto, é importante ressaltar que as fronteiras em Angola são porosas e não se regem apenas pelas linhas estabelecidas nos mapas (De Matos, 1963)

Em relação ao limite com a França, Portugal propôs a delimitação dos seus domínios e dos franceses no Congo em 1883. Os portugueses conseguiram a região de Massabi a partir da Guiné, fruto de um acordo em Lisboa em Maio de 1886, cujo artigo III estabelecia as regiões de Chambã, Luisa-Loango e Bacia de Chiloango. A fronteira que interpretava e completava a convenção precedente foi acordada em França em Janeiro de 1901, enquanto que em 1913 deu-se com a Bélgica, desta forma, construiu-se limites da fronteira norte de Angola.

No que diz respeito ao limite com a Alemanha, os portugueses fixavam o limite Sul em 18° 24' de latitude, enquanto a Alemanha fixava em 18° a partir da foz do Cunene. Portugal renunciou ao território entre Cabo Frio e a foz do Rio Cunene em favor da Alemanha no acordo assinado em 30 de Dezembro de 1886. Em 1931, a fronteira foi estabelecida como a linha de mediania do rio, desde a sua foz até um determinado ponto das Cataratas Ruacanã. (De Matos, 1963)

Por fim, em relação ao limite com a Inglaterra (Rodésia do Norte/Zâmbia), Portugal perdeu o Sul do Zambeze, mas obteve a maior parte do planalto de Manica. A zona comum de 20 milhas ao Norte deste rio e de 10 milhas ao Sul permitiu a ligação entre duas províncias portuguesas. A Inglaterra levantou objeções à fronteira ocidental do Barotze, prolongando-a no intuito de impedir a ligação entre Angola e Moçambique por cerca de 180 milhas para o ocidente do curso do Zambeze. (De Mattos, 2022).

Conclusões

A Conferência de Berlim foi um evento que ocorreu em 1884-1885 e reuniu os países europeus para decidir a partilha do continente africano. A conferência foi convocada pelo Chanceler Alemão Otto von Bismarck, que buscava aumentar o prestígio da Alemanha no cenário internacional.

Durante a conferência, as potências europeias decidiram impor as regras para a colonização da África, sem levar em consideração a cultura, a história e a diversidade

deste povo. Os europeus dividiram o continente de acordo com seus próprios interesses, sem consultar ou respeitar os habitantes locais.

Portugal, por exemplo, garantiu a posse da região onde hoje está Angola, enquanto a França ficou com o Senegal e a Argélia, e a Inglaterra ficou com a maior parte do Sul da África, incluindo a África do Sul.

A Conferência de Berlim teve consequências profundas e duradouras para a África, incluindo a exploração dos recursos naturais, a escravização e a opressão dos povos africanos. As fronteiras estabelecidas na conferência foram desenhadas em função dos interesses europeus, sem considerar as diferenças étnicas, culturais e linguísticas dos africanos.

A Conferência de Berlim também teve um impacto significativo nas relações internacionais. A partilha da África aumentou a tensão entre as potências europeias, culminando na Primeira Guerra Mundial, já que, se por um lado, cada potência procurou realizar os seus próprios propósitos/projectos, por outro, procurava inviabilizar os projectos dos rivais/competidores. A procura e posse dos recursos foi a racionalidade do arquitectado evento.

Durante o texto, percebe-se que as potências queriam transformar a região do Congo em uma localidade de livre-câmbio, e que o rei da Bélgica aproveitou essa oportunidade para criar a A.I.C. e apresentá-la como um triunfo. Isso foi comprovado na Conferência de Bruxelas, onde foi dito que seria necessária a contribuição de 10% para a manutenção da associação, já que não seria possível manter a política do livre-câmbio naquela região. Parece que o rei sempre soube disso, mas na época o que lhe interessava era apenas o reconhecimento da associação e de seus limites.

Em conformidade com a abordagem levada a cabo, o professor Emérito Francês chegou mesmo de escrever, no livro intitulado Geopolítica de África que: “(...) a Conferência de Berlim não delimitou as fronteiras, definiu sim, esferas de influências para que as grandes potências pudessem proteger as suas companhias privadas” (Hugon, 2015, p. 23).

Mais uma vez, o texto forneceu uma modesta contribuição sobre uma das conferências mais importantes de África e de Angola em particular. Embora a Conferência de Berlim não tenha definido as fronteiras de Angola, ela influenciou profundamente para que as extremidades do país fossem desenhadas em função das negociações entre Portugal, Alemanha, Inglaterra, França e Bélgica no momento pós-

conferência. Na Conferência de Bruxelas, apenas parte do problema na região do Congo foi resolvido, o que é por vezes referido como a Conferência do Congo.

Com efeito, todo este processo de delimitação territorial, no qual a actual Angola teve de passar, obrigou Portugal a negociar constantemente com os outros colonizadores, com destaque a Inglaterra, França, Bélgica e por diante. Foram esses contactos constantes que permitiram que Angola tivesse a delimitação completa no Ano de 1927, depois de António de Oliveira Salazar chegar.

Por fim, tendo em conta o sucedido, os antigos reinos foram substituídos pela nova política, bem como a separação dos povos irmãos, a título de exemplo, em Angola, o povo Kwanyama está na parte Sul do país (Cunene, Cuando Cubango, Namibe e Huíla) e na parte Norte da Namíbia, e, os Bakongo estão no Norte de Angola e no Sul da República Democrática do Congo.

Referências Bibliográficas

- Chicumba, M. (2019). Segunda. *A Educação Bilingue em Angola e o lugar das Línguas Nacionais*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letra da Universidade de Lisboa, Portugal. [PDF]. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/37927>
- Conferência de Berlim (DC): em caderno de estudos africanos. Cahier d'Études Africaines, Paris, s.d. [PDF]. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Autour+de+la+Confer%C3%AAnce+de+Berlin%2C+in+Cahier+d%60%C3%89tudes+Africaines%2C+Par%C3%ADs>
- Da Silva, R. A. (s.d) *A propósito da colonização portuguesa*, in Estudo da História Luso-Africana e Oriental.
- Daye, P. (1936). *O congo Belga*. Editora Desclée.
- De Matos, L. A. (1963). *A fixação das fronteiras de Angola*. [PDF]. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=fixa%C3%A7%C3%A3o+das+fronteiras+de+Angola+&btnG.
- Do Valle, C. O. (2014). *Do Império à Comuna: a guerra Franco-prussiana e as revoltas de Paris*. Saberes e Práticas Científicas, Rio de Janeiro, v. 2, p. 2-10. [PDF]. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400267970_ARQUIVO_artigoCompletoanpuhCamilaValle.pdf
- Fernandes, M. J. (s.d). *Universidade Agostinho Neto-Luanda*.

- Hobsbawm, E. J.E. (1990). *A Era dos Impérios, 1875-1914*. Editorial Presença. [PDF]. Disponível em: <https://www.wook.pt/livro/a-era-do-imperio-1875-1914-e-j-hobsbawm/45883>
- Hugon, F. (2015). *Geopolítica de África*. 3ª Edição, Escolar Editora.
- Mbembe, A. (2019). *Sair da Grande Noite, Ensaio Sobre a África Descolonizada*. Vozes.
- Madureira, A. (1988). *A colonização Portuguesa em África 1890-1910*. Ed. Livros Horizonte.
- Leveque, R. (1960). *O Congo Belga: sua História*. Bruxelas: Editora Du Marais.
- Lopes, J. M. & Capumba, P. A. (2018). *História 11ª Classe*. Textos Editores.
- Kandjo, J. S. (2019). *Os Impérios do Ghana, Mali e Songhai*. Luanda: DF Editora.
- Kandjo, J. S. (2020). *História da África, Séculos XV-XXI*. Luanda: NHConteúdos.
- Kandjo, J. S. (2020). A influência da Baixa de Kasanji na independência de Angola. *RAC: Revista Angolana de Ciências*. 2(1), 148-166.
- Ki-zerbo, J. (2006). *Para quando África? Entrevista de René Holenstein*. Porto: Campo das Letras.
- Mariano, B. P. A. (2020). *O Relatório de Eduardo Engelhardt: notas da presença francesa na conferência de Berlim (1884-1885)*. História do Futuro: Ensino, Pesquisa e Divulgação Científica, v.1, p.1-8. [PDF]. Disponível em: https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1600220212_arquivo_29ee370b7f6929f5328d5760
- M'bokolo, Elikia. (2007). *África Negra (história e civilizações) do Século XIX aos nossos dias*. Tomo II. Edições Colibri.
- Negócios Externos. *Sessão legislativa de 1884 pelo Ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros-Questão do Zaire*. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Neg%C3%B3cios+Externos+E2%80%9393+Documentos+apresentados+A0s+cortes+na+sess%C3%A3o+leg>
- Silva, S. C. & Dos Santos, C. (2014). *A Conferência de Berlim: Uma visão contemporânea sobre os problemas de interpretação*. Paulina Editora.
- Silva, S. C. & Dos Santos, C. (2018). *O Estabelecimento das Fronteiras de Angola: Gestão Partilhada de Recursos, caso de Angola-Namíbia*. Tese (Doutorado em História) - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. [PDF]. Disponível em: <https://www.google.com/search> .
- Touré, A. S. (1977). *África: ensino e revolução*. Lisboa: Via Editora LDA.

Zilhão, P., Manuel, P. & Garcia, H. G. (1926-1936). *Prática política e literatura Colonial*. Dissertação em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil, 2006. [PDF]. Disponível em: <http://www.google.com/search?hl=pt> .

Camboa, A. S. (2011). *A Cobertura Televisiva da Campanha Eleitoral para a Eleição do Presidente da República de Portugal. O Destaque dado pela TVI à Campanha Eleitoral para as Eleições Presidenciais de 2011*. (Faculdade de Letra da Universidade do Porto). Portugal-Porto. [PDF]. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt>